

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.517.825 - ES
(2019/0164717-1)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : VITÓRIA APART HOSPITAL S/A
ADVOGADOS : MARCELO PAGANI DEVENS - ES008392
DANIEL LOUREIRO LIMA - ES010253
THIAGO CARVALHO DE OLIVEIRA - ES011587
HÉLIO JOÃO PEPE DE MORAES E OUTRO(S) - ES013619
RENAN SALES VANDERLEI - ES015452
MARCELA DE OLIVEIRA RAMOS - ES019064
NAIARA NUNES LOUREIRO DE ARAÚJO - ES023765
JAMILLY PACHECO MOREIRA FAVATO - ES026122
ANDRÉ PORTAL DIAS MACIEL - ES023853
EMILIANO COUTINHO RICAS - ES030510
MENARA COUTINHO CARLOS DE SOUZA - ES029670
CAROLINE ZAMBON MORAES - ES030672
DIANA RAMOS TORRES - ES028709
EMBARGADO : MARCIA GUIDONI BISSI
ADVOGADO : FABIOLA FADINI CORDEIRO FEU ROSA - ES013496

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração, opostos por **VITÓRIA APART HOSPITAL S/A**, em face de decisão monocrática da lavra deste signatário (fls. 1.180/1.185, e-STJ) que negou provimento ao agravo em recurso especial da ora embargante.

Em suas razões (fls. 1.187/1.195, e-STJ), a insurgente alega a existência de omissão no *decisum* embargado.

Sustenta, em síntese, que a decisão ora impugnada não se manifestou sobre a alegada resistência do microorganismo aos métodos de assepsia, bem como sobre a impossibilidade de se prever a mutação genética da bactéria.

Impugnação às fls. 1.198/1.208, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

Os embargos não merecem acolhimento.

1. Com efeito, na forma do artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração objetivam suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material encontráveis em decisão ou acórdão, não podendo ser utilizado como instrumento para a rediscussão do julgado, como pretende a embargante. Nesse sentido, precedentes desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. CARATER PROTETATÓRIO. MAJORAÇÃO DA MULTA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

1. Inexistentes as hipóteses do art. 535 do CPC/73, e 1.022 do NCPC, não merecem acolhida os embargos de declaração que têm nítido

caráter infringente.

2. Os embargos de declaração não se prestam à manifestação de inconformismo ou à rediscussão do julgado. 3. Inexistindo a alegada omissão no acórdão embargado, mostra-se incabível o acolhimento dos aclaratórios. Precedentes. 4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg na PET no CC 133.509/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/05/2016, DJe 18/05/2016) [grifou-se]

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EFEITOS INFRINGENTES. NÃO CABIMENTO. REITERAÇÃO DE EMBARGOS DECLATÓRIOS ADUZINDO AS MESMAS TESES, JÁ APRECIADAS. ELEVAÇÃO DA MULTA APLICADA E CERTIFICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO. POSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. MULTA.

1. Depreende-se do art. 535, I e II, do CPC que os embargos de declaração apenas são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição ou omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador. Eles não se prestam, portanto, ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de dar efeito infringente ao recurso. 2. No caso, inexistem omissões ou contradições a serem sanadas, pois todas as teses da parte já foram apreciadas. O que se observa é o resistente inconformismo com a decisão exarada, contrária aos interesses da parte, circunstância a justificar a certificação do trânsito em julgado e a elevação da multa aplicada nos termos do art. 538 do CPC para 5%, ante a insistente oposição de embargos declaratórios aduzindo as mesmas questões. 3. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa e determinação de certificação do trânsito em julgado. (EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 552.667/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/11/2015, DJe 10/11/2015) [grifou-se]

No caso, as razões dos embargos revelam tão somente o intuito de **reapreciação da questão já decidida**, o que não se admite com a objetividade do recurso manejado. É que, a pretexto de omissão, na verdade, pretendem a modificação do *decisum*, cuja via processual é inadequada.

Sob alegação de omissão, a embargante sustenta que a decisão embargada não se atentou à resistência do microorganismo aos métodos de assepsia e ao fato de a mutação genética ser imprevisível.

Ao contrário do que alega a insurgente, não há omissão na decisão que negou provimento ao agravo recurso especial por ela interposto, ante a consonância do entendimento do Tribunal de origem com a jurisprudência desta Corte Superior e à incidência da Súmula 7/STJ.

Especificamente quanto à apontada omissão, denota-se a suficiência da fundamentação nos seguintes trechos do *decisum* embargado (fls. 1.180/1.185).

Na hipótese, **o Tribunal de origem consignou que o hospital responde objetivamente pela infecção hospitalar, tendo em vista a comprovação da falha na prestação dos serviços relacionados à limpeza, desinfecção e esterilização dos materiais cirúrgicos**, em consonância com o entendimento dominante sobre o tema nesta Corte, motivo pelo qual se

Superior Tribunal de Justiça

aplica o óbice da Súmula 83 no ponto.

Ademais, o Tribunal *a quo*, com base nos elementos de convicção dos autos, afirma que **o laudo pericial entendeu, conclusivamente, que o hospital recorrente não mantinha controle sobre os procedimentos de assepsia, o que resultou na contaminação da parte recorrida, quando submetida à realização da cirurgia por videolaparoscopia.**

A propósito, *in verbis*, trecho do acórdão recorrido às fls. 1.023-1.024 (e-STJ):

(...) "resta incontroverso que a demandante contraiu micobactéria por infecção hospitalar após passar por cirurgia de 'videolaparoscopia', no Hospital ora apelante. E que, **a perícia médica realizada nos autos é enfática ao afirmar que a fiscalização sobre esterilização e descontaminação dos materiais cirúrgicos utilizados no procedimento cirúrgico se revelou falha, o que demonstra o defeito dos serviços prestados.**

Não há, pois, como fazer prevalecer a alegação recursal de que trata-se de caso fortuito ou força maior, ao argumento de que foi um surto que ocorreu em todo o país, porquanto ficou devidamente comprovado que o ora apelante não adotou critérios preventivos e repreensivos corretos que pudessem evitar o ocorrido" (e-STJ, fls. 1.023/1.024).

Assim, para alterar o decidido no acórdão impugnado, de modo a concluir pela culpa exclusiva da vítima, caso fortuito ou força maior, afastando a responsabilidade objetiva da recorrente, exigiria, ainda, o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Com efeito, a decisão embargada demonstrou exaustivamente as razões para negar provimento ao agravo em recurso especial.

Como se vê, a pretensão da insurgente não está em harmonia com a natureza e a função dos embargos declaratórios, não demonstrando, em suas razões recursais, qualquer vício que a decisão embargada tenha incorrido.

Ressalta-se que todas as teses apresentadas pela recorrente foram apreciadas pela decisão embargada.

Portanto, não se vislumbra quaisquer das máculas do artigo 1.022 do CPC/15, na decisão hostilizada.

2. Não obstante a rejeição dos aclaratórios, deixa-se de se aplicar a multa prevista no artigo 1.026, § 2º, do CPC/2015, pois, em se tratando de primeiros embargos de declaração que não ostentam caráter manifestamente protelatórios, pressuposto para aplicação da medida, descabida a sua incidência neste momento processual.

No entanto, desde já se adverte que a reiteração de embargos de declaração, com intuito de rediscussão do julgado, poderá caracterizar o aludido caráter manifestamente protelatório, ensejando a aplicação da multa citada.

3. Do exposto, **rejeito** os embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator